

## FLASH

### COVID-19: REGIME EXCECIONAL PARA OBRIGAÇÕES FISCAIS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Foi prorrogado em 9 de março o prazo de cumprimento de obrigações fiscais (declarativas e de pagamento), nomeadamente relativas ao IRC (com adiamento do Pagamento Especial por Conta de 31 de março de 2020 para 30 de junho de 2020, prorrogando a entrega da declaração Modelo 22 de 31 de maio de 2020 para 31 de julho de 2020 e prorrogando o primeiro pagamento por conta e o primeiro pagamento adicional por conta de 31 de julho de 2020 para 31 de agosto de 2020).

Considerando a necessidade de medidas adicionais nesta área, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março.

#### MEDIDAS ADICIONAIS

##### FLEXIBILIZAÇÃO DA DATA DE ENTREGA DE IVA, IRS E IRC

No segundo trimestre de 2020, a entrega de IRS e de IRC retido na fonte, bem como a entrega do IVA, pode ser realizada pelos sujeitos passivos nas datas previstas ou, alternativamente, em três ou seis prestações mensais, sem juros e sem necessidade de prestação de garantia.

##### Quem:

Esta medida aplica-se aos sujeitos passivos que:

- Tenham obtido um volume de negócios inferior ou igual a €10.000.000,00 em 2018; ou
- Prestem atividade nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março que regulamentou o estado de emergência (entidades constantes do anexo I deste diploma); ou
- Tenham iniciado atividade em ou após 1 de janeiro de 2019; ou
- Tenham reiniciado atividade em ou após 1 de janeiro de 2019, quando não tenham obtido volume de negócios em 2018; ou
- Demonstrem uma diminuição da faturação comunicada através do E-fatura de, pelo menos, 20% na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior, devendo ser apresentada certificação de revisor oficial de

contas ou contabilista certificado demonstrativa da situação financeira da sociedade.

##### Como requerer:

Os pedidos de pagamentos em prestações mensais relativos aos impostos mencionados são apresentados por via eletrónica, até ao termo do prazo de pagamento voluntário.

##### Como pagar:

A primeira prestação vence-se na data de cumprimento da obrigação de pagamento em causa. As restantes prestações mensais vencem-se na mesma data dos meses subsequentes.

##### DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

##### Quem:

Esta medida aplica-se a entidades empregadoras dos setores privado e social com:

- Entidades empregadoras dos setores privado e social com menos de 50 trabalhadores;
- Entidades empregadoras dos setores privado e social com 50 a 249 trabalhadores, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12



meses, à média do período de atividade decorrido;

- c. Entidades empregadoras dos setores privado e social com 250 ou mais trabalhadores, desde que (i) se trate de instituição particular de solidariedade social ou equiparada, ou (ii) a atividade se enquadre nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou (iii) a atividade seja em aviação e do turismo e, em qualquer caso, desde que apresentem uma quebra de, pelo menos, 20 % da faturação comunicada através do e-fatura nos meses de março, abril e maio de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média do período de atividade decorrido.

O número de trabalhadores é aferido por referência à declaração de remunerações relativa ao mês de fevereiro de 2020.

- d. Trabalhadores independentes.

#### **Pagamento:**

As contribuições da responsabilidade da entidade empregadora, devidas nos meses de março, abril e maio de 2020, podem ser pagas nos seguintes termos:

- a. Um terço (1/3) do valor das contribuições no mês em que é devido;
- b. Os restantes dois terços (2/3) em prestações iguais e sucessivas nos meses de julho, agosto e setembro de 2020 ou nos meses de julho a dezembro de 2020, sem juros. Em julho de 2020, os sujeitos deverão indicar na Segurança Social Direta qual dos prazos de pagamento previstos pretendem utilizar.

Durante este mês de julho deverá ser demonstrado o cumprimento dos critérios de quebra de faturação indicados *supra* para aceder ao plano prestacional de pagamentos, conjuntamente com certificação do contabilista certificado da empresa.

Para as entidades que já efetuaram o pagamento da totalidade das contribuições devidas em março de

2020, o diferimento inicia-se em abril de 2020 e termina em junho de 2020.

O incumprimento da obrigação de pagamento da primeira prestação determina a imediata cessação dos benefícios concedidos, nomeadamente, quanto ao pagamento fracionado e sem juros.

O incumprimento dos requisitos de acesso ao diferimento do pagamento de contribuições implica o vencimento imediato da totalidade das prestações em falta, bem como a cessação da isenção de juros.

#### **PLANOS PRESTACIONAIS E SUSPENSÃO DE PROCESSOS**

O disposto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março (equiparação a férias judiciais), é igualmente aplicável aos planos prestacionais em curso, sem prejuízo de estes poderem continuar a ser pontualmente cumpridos.

Caso a equiparação ao regime das férias judiciais venha a cessar antes de 30 de junho de 2020, os processos de execução fiscal devem manter-se suspensos até esta data.

São igualmente suspensos, pelo prazo previsto no número anterior, os planos prestacionais em curso por dívidas à Segurança Social fora do âmbito dos processos executivos, sem prejuízo de poderem continuar a ser pontualmente cumpridos.

Após 30 de junho de 2020, pode o conselho diretivo da instituição de Segurança Social competente deliberar a extensão do prazo de suspensão dos planos prestacionais celebrados com instituições particulares de solidariedade social no âmbito de acordos de cooperação.

#### **PRORROGAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE PRESTAÇÕES SOCIAIS**

São prorrogadas as prestações por desemprego e todas as prestações do sistema de segurança social que garantam mínimos de subsistência cujo período de concessão ou prazo de renovação termine antes de 30 de junho de 2020.

Suspendem-se as reavaliações das condições de manutenção das prestações do sistema de segurança social até 30 de junho de 2020.



### **CONTRIBUIÇÕES À CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES**

A CPAS pode, por decisão da Direção e com parecer favorável do Conselho Geral, diferir o prazo de pagamento de contribuições, suspender temporariamente o seu pagamento ou reduzir temporariamente os escalões contributivos aos beneficiários que, comprovadamente, tenham sofrido uma quebra de rendimentos que os impeça de satisfazer as suas obrigações contributivas, nomeadamente em virtude de doença ou redução anormal de atividade relacionadas com a situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID-19.

**NOTA:** Esta informação é de envio reservado e não deve ser compreendida como qualquer forma de publicidade, pelo que se encontra vedada a sua cópia ou circulação. A informação apresentada e as opiniões expressas são de carácter geral e abstrato, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado e específico para a resolução de casos concretos.

27 de março de 2020  
Ana Pedrosa-Augusto  
Pedro Farrim